

Recursos metodológicos para o ensino da modalidade escrita da língua portuguesa para o aluno surdo como segunda língua

Maria Zilda Medeiros da Silvaⁱ
Henrique Miguel de Lima Silvaⁱⁱ

Resumo: O presente artigo visou identificar, através de revisão bibliográfica, quais recursos metodológicos foram utilizados para o ensino da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua (L2) para alunos surdos. Este artigo foi desenvolvido propondo uma análise qualitativa de publicações sobre o tema abordado, tendo como corpus publicações científicas pesquisadas em sites de repositórios acadêmicos (Portal da Capes, Scielo, Google acadêmico). Foram localizados quatro artigos com o descritor recursos metodológicos para o ensino da Língua Portuguesa como L2 para o aluno surdo. Os resultados foram encontrados com o apoio das pesquisas de alguns autores que desenvolveram estudos para conclusão de cursos, realizados com práticas, como também, estudos bibliográficos. Dessa maneira, pretendemos apresentar estudos referentes aos recursos metodológicos para o ensino da língua portuguesa na modalidade escrita como L2 para alunos surdos. Trazemos como embasamento teórico Quadros (1997, 2004), Honora (2014), Garcez (2008).

Palavras-chave: Língua Portuguesa como L2. LIBRAS. Estratégias didáticas. Recursos metodológicos.

Methodological resources for teaching the written mode of the Portuguese language as a second language for deaf students

Abstract: This article aimed to identify, through bibliographic review, which methodological resources were used for the teaching of the Portuguese Language, in written form, as a second language (L2) for deaf students. This article was developed proposing a qualitative analysis of publications on the topic addressed, with the corpus of scientific publications searched on academic repository sites (Portal da Capes, Scielo, Google academic). Four articles were found with the descriptor methodological resources for teaching the Portuguese language as L2 for the deaf student. The results were found with the support of research by some authors who developed studies to conclude courses, carried out with practices, as well as bibliographic studies. In this way, we intend to present studies referring to methodological resources for teaching the Portuguese language in written form as L2 for deaf students. We bring as theoretical basis Quadros (1997, 2004), Honora (2014), Garcez (2008).

Keywords: Portuguese language as L2. Libras. Didactic strategies. Methodological resources.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Compartilha Igual 4.0 Internacional
DLCV – Língua, Linguística & Literatura

ISSN 1679-6101
EISSN 2237-0900

ⁱ Mestranda em Linguística e Ensino-MPLE-UFPB, possui graduação em LETRAS/LIBRAS pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), com especialização em Educação Inclusiva-(CINTEP), Psicopedagogia (CINTEP), LIBRAS (NASSAU), Atendimento Educacional Especializado-AEE (UFERSA) e Língua Portuguesa para Surdo como L2 (IFPB). E-mail: zilda_natura@hotmail.com.

ⁱⁱ Doutor em Linguística pela UFPB e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Ensino (MPLE/UFPB). E-mail: henrique.miguel.91@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca apresentar uma pesquisa bibliográfica sobre os recursos metodológicos para o ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua (L2) para pessoas surdas. De acordo com estudos de Quadros e Schmiedt (2006), a Língua Portuguesa deve ser adquirida pela criança surda somente após a aquisição da língua que é considerada sua língua natural, a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A Lei 10.436/02, conhecida como Lei de Libras, reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão da pessoa surda brasileira, enquanto o decreto de 5.626/05, regulamentando a Lei, estabelece as diretrizes para a inclusão e a difusão dessa língua na educação dos surdos, bem como na sociedade. Um ponto importante da Lei de Libras é o de que, apesar do reconhecimento da Libras como língua, ela não substitui a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

Com essa afirmação da Lei, a pessoa surda vai precisar aprender a língua portuguesa na modalidade escrita para ser bilíngue. Ter o domínio de sua língua, que é a Libras, como também o conhecimento da Língua Portuguesa como L2, possivelmente, o tornará um cidadão capaz de participar tanto das atividades educacionais quanto das práticas sociais para interagir e compreender o mundo a sua volta e, dessa forma, desenvolver o bilinguismo.

O objetivo geral deste artigo é identificar quais os recursos metodológicos estão sendo desenvolvidas para o ensino da produção textual escrita da língua portuguesa como L2 para os alunos surdos. E como objetivos específicos buscamos: investigar, por meio de pesquisa bibliográfica, os recursos didáticos para o ensino na escrita da Língua portuguesa e, assim, apontar, dentre os recursos pesquisados, quais podem ser utilizadas para o ensino de língua portuguesa para os alunos surdos, como também analisar as possíveis estratégias didáticas utilizadas para o processo do ensino e aprendizagem.

A língua portuguesa como segunda língua para pessoa surda, que é o objeto de nosso estudo, será apresentada na primeira seção, tendo como tópico o ensino da segunda para o aluno surdo, que deixa lacunas para o desenvolvimento inclusivo do currículo escolar. Ressaltamos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) não apresenta competências para o desenvolvimento do ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos e não destaca nenhum ponto referente ao ensino dessa língua como segunda língua. Da mesma maneira, não apresenta competências a serem desenvolvidas no ensino da Libras, isso indica que o sistema de ensino brasileiro não apresenta diretrizes para a educação de surdos.

Iremos destacar, na segunda seção, as especificidades da Libras que é a primeira língua da pessoa surda, apresentar sua estrutura própria, com a modalidade viso-espacial, que foi criada pela necessidade da comunicação dessas pessoas. Estudos, como o do linguista Stokoe (1960), apontam para o estatuto linguístico das línguas de sinais, apresentando características estruturais como as das línguas orais, além de sofrerem possíveis mudanças regionais, logo, podemos entender que a libras não é uma mímica mais sim uma língua com sua variação linguística. Na terceira seção, iremos apresentar as possíveis estratégias didáticas para o ensino da língua portuguesa como segunda língua (L2) para a pessoa surda.

Em consonância com a proposta apresentada pelo referencial teórico citado no decorrer do trabalho, entendemos que o ensino da Língua Portuguesa para os surdos nas escolas públicas deve proporcionar atividades que promovam o letramento para o conhecimento dessa língua, ou seja, a participação em diferentes práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita.

Na metodologia, apresentaremos o desenvolvimento do artigo e assim buscamos apresentar análises dos dados os recursos metodológicos adequados para desenvolver à realidade linguística do aluno surdo, a partir de temáticas relevantes, referentes aos gêneros discursivos variados. Destacamos também a necessidade de adaptações junto aos profissionais do âmbito escolar para desenvolver mudanças no currículo educacional do Projeto Político Pedagógico (PPP), que é realizado com toda equipe educacional da escola, focando as reais necessidades dos alunos.

O ENSINO DA SEGUNDA LÍNGUA PARA O ALUNO SURDO

O aprendizado de uma segunda língua amplia o desenvolvimento linguístico do estudante nos anos iniciais. O aprendizado de uma outra língua da pessoa ouvinte é opcional, nas escolas públicas, nos anos iniciais, de acordo com o currículo das escolas, que são orientados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), documento que deixa explícito que o ensino da língua inglesa só é desenvolvido a partir do 6º ano, anos finais, de forma obrigatória. A BNCC aponta que uma das competências para o ensino da língua portuguesa é, “Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.” (BRASIL, 2017, p. 87).

No entanto, como garantir aos alunos surdos essa competência se no próprio currículo da escola não entram como conteúdos curriculares sua primeira língua? Como desenvolver a

segunda língua, que é a língua portuguesa na modalidade escrita, para o aluno surdo, seguindo as exigências das competências sugeridas pela BNCC, se essa não propõe sugestões para o ensino de LP para surdos? Sabemos que a Base Nacional é importante para a educação básica, mas que exclui as necessidades educacionais de um grupo de estudantes.

As diretrizes para Educação Básica são complementadas com as Leis que asseguram o direito dessa educação como é o caso da Lei 10.436/02 que dispõe a Língua Brasileira de Sinais - Libras como língua e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de nº 13.146/2015, que busca uma educação para todos, dando o direito a pessoa surda a ser incluída no ambiente educacional, com a sua primeira língua, que é a Libras, como língua natural e assim poder ampliar sua língua em sala de aula com os alunos surdos ou ouvintes, e como segunda língua, a língua portuguesa, em sua modalidade escrita.

Para o desenvolvimento da aprendizagem da segunda língua pelo aluno surdo, é necessário que haja mudanças no currículo escolar, que promova efetivamente o aprendizado da língua portuguesa pelo aluno surdo, a partir do aprendizado da sua primeira língua, que é a Libras. Nesse sentido, os professores dos anos iniciais precisam de formação específica, tanto na primeira língua do surdo, como para o ensino da segunda língua. Entretanto, os currículos de formação de professores para a educação de surdos são de apenas um pouco mais de uma década, como diz no decreto 5.626/2005:

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Dessa forma, o ensino da língua portuguesa para o aluno surdo, atualmente, apresenta lacunas, pois os profissionais não apresentam conhecimento de como desenvolver esse ensino ou de como aplicar uma metodologia que possa desenvolver as habilidades para o conhecimento da segunda língua. Sabemos que, ao conhecer uma segunda língua, o aprendiz passa a refletir e buscar várias informações da sua língua fonte para língua alvo, Garcez (2008) diz que a,

reflexão e informação sobre as realidades locais dos aprendizes-educandos [...] Quem sou eu nesse mundo? Quais são os limites do meu mundo? Quais são as minhas comunidades de atuação? Onde está essa língua? De quem é essa língua? Para que serve essa língua? O que é que essa língua tem a ver comigo? (GARCEZ, 2008, p. 52).

Essas interrogações que Garcez (2008) propõe nos ajudarmos a pensarmos sobre a segunda língua para um estudante que busca o bilinguismo e uma comunicação com a interação de pessoas de uma outra cultura. Para a pessoa surda, o bilinguismo é cobrado de imediato, visto que vai precisar aprender a língua portuguesa como L2 em sua vida no início dos estudos, e em muitos casos não domina nem a sua língua natural a L1 que é a Libras.

Assim, observamos que a falta de formação não está apenas no ensino da segunda língua como L2, mas também no ensino da L1 para a pessoa surda. Entendemos que há escassez de profissionais em ambas as partes. Diante desta realidade destacada, podemos enfatizar que as escolas precisam adequar-se às necessidades dos alunos, não eles se adequarem à escola. O aluno surdo precisa de um apoio específico para o conhecimento da L2, para participar do ambiente escolar, sendo inserido com leituras e escrita no conhecimento do mundo em sua volta, tornando-se um cidadão crítico e participativo. Segundo Bagno e Rangel, (2005, p. 69), “o indivíduo ou o grupo possa exercer a leitura e a escrita de maneira a se inserir do modo mais pleno e participativo na sociedade tipicamente letrada que é a nossa [...]”.

Para formar um grupo de alunos que exerça uma participação letrada em uma escola que se considera inclusiva, precisa-se de profissionais capacitados para desenvolver o trabalho que busca e incentiva a pessoa surda ao aprendizado da L2 para sua vida no ambiente educacional. Segundo Garcez (2008):

Independente do contexto de ensino, no entanto, ter como objetivo fundamental no ensino básico o letramento significa a busca pela [...] formação do cidadão, um cidadão capaz de participar criticamente no mundo, apto ao trânsito nas sociedades complexas contemporâneas e preparado para o enfrentamento com a diversidade e o trânsito intercultural, ou seja, um cidadão plenamente letrado, um cidadão que recebe, na sua educação linguística em Língua Estrangeira, aquilo que Bourdieu (1998) chama de capital cultural. Trata-se, portanto, de algo bastante mais amplo do que o capital linguístico, embora envolva, é claro, capital linguístico. (GARCEZ, 2008, p. 52).

Observamos que, para propor como objetivo a formação de cidadãos capazes de envolver-se no ambiente social e participativo da diversidade cultural e letrada, a pessoa surda precisa ter um acompanhamento específico para o seu desenvolvimento de segunda língua, precisam receber apoios metodológicos que possam proporcionar o autoconhecimento, tornando-se um cidadão crítico e participativo no ambiente educacional, para que desenvolvam as competências linguísticas da língua alvo as quais são exigidas nas escolas.

O conhecimento da língua portuguesa como L2 envolve leitura participativa e análise do texto. Nesse processo, as duas línguas serão desenvolvidas pela pessoa surda em todos os momentos educacionais, a língua portuguesa como L2 e a Língua Brasileira de Sinais como L1 para sua comunicação. Discorreremos sobre esse assunto na próxima seção.

AS ESPECIFICIDADES DA LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais- Libras é a língua natural da pessoa surda, é uma língua de modalidade gestual e visual. No Brasil, passou a ser reconhecida como língua a partir da Lei 10.436/02, sendo regulamentada pelo decreto 5.626/05. Trata-se de uma língua nova no reconhecimento nacional, de apenas quase duas décadas. A Libras é uma língua de sinais, que foi reconhecida linguisticamente com estudos e pesquisas do americano Willian Stokoe em 1960. Segundo Quadros (2004):

Stokoe propôs um esquema linguístico estrutural para analisar a formação dos sinais e propôs a decodificação na ASL em três principais aspectos ou parâmetros que não carrega significados isoladamente, a saber:

- a. Configuração de mão (CM)
- b. Localização de mão (L)
- c. Movimento da mão (M)

A ideia de CM, L e M são unidades mínimas (fonemas) que constituem morfemas nas línguas de sinais, de forma análoga aos fonemas que constituem os morfemas nas línguas orais(...) (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 48-49).

Stokoe (1960 apud QUADROS, 2004) apresentou apenas três aspectos fonológicos da Língua de Sinais Americana (ASL), deixando claro que essa língua tem uma estrutura linguística. Segundo Quadros e Karnopp (2004), a partir dos estudos feitos por Stokoe (1960) e Ferreira Brito (1995) anuncia seis tipos de orientações da palma da mão, como também as expressões não manuais, formando assim os 5 parâmetros da Libras. Configuração de mão (CM), Localização de mão (L), Movimento da mão (M), Orientação (OR) e Expressão não manuais (ENM), (FERREIRA-BRITO, 1995). Referente às configurações de mão, ela investigou 46 CMs. Essas configurações vêm sendo atualizadas, na busca de novos fonemas para Libras. Outros pesquisadores apresentam mais CMs para complementação do sentido das frases. Felipe (2001) apresenta 64 CMs, dando origem a novos sinais em Libras para o enriquecimento do vocabulário a respeito das formações de frases. Segundo Gesser (2009),

a partir da análise desses parâmetros, podemos perceber que as línguas orais e as línguas de sinais são similares em seu nível estrutural, ou seja são

formadas a partir de unidades simples que, combinadas, formam unidades mais complexas. Como observava Noam Chomsky, todas as línguas funcionam como sistema combinatórios discretos: “Sentenças de frases são construídas de palavras; palavras são construídas a partir de morfemas; e morfemas, por sua vez, são construídos a partir de fonemas” (PINKER, 1995, p. 162 apud GESSER, 2009, p.18-19).

Segundo Rodrigues e Valente (2011), a Libras originizou-se da Língua de Sinais Francesa, seu estudo vem sendo desenvolvido com o objetivo de apresentar a estrutura dessa língua com todos os aspectos gramaticais existentes como qualquer outra. Os estudos realizados apresentam que a Língua de Sinais surgiu da necessidade de uma comunicação entre as pessoas que não podem utilizar o canal auditivo para compreender as outras. Quadros (1997 p. 47), diz que “são línguas que não se derivaram das línguas orais, mas fluíram de uma necessidade natural de comunicação entre uma pessoa que não utilizam o canal auditivo-oral, mas o canal espaço visual como modalidade linguística”.

ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA A PESSOA SURDA

De acordo com o parágrafo único da Lei nº. 10.436/02, a “Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2002), o que aponta para a compreensão de que esta deve ser adquirida pelas pessoas surdas. Diante desta informação exigida por Lei, as escolas, junto às equipes educacionais da inclusão, precisam buscar estratégias didáticas para o desenvolvimento da língua portuguesa como L2, visando ao aprendizado da pessoa surda em contexto linguístico de bilinguismo.

Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico-PPP precisa de modificações para acessibilidade da Libras como L1 para o surdo e L2 para o ouvinte, e a língua portuguesa na modalidade escrita para os alunos surdos como L2. Segundo Carvalho, (2016 p. 115) “a proposta de inclusão é muito mais abrangente e significativa do que o simples fazer parte (de qualquer aluno)”. Na maioria das vezes, o surdo só passa a conhecer a L1 quando chega na escola, ele não tem o conhecimento da Libras em seu ambiente familiar. Segundo Quadros (2017), a Libras como língua de herança é herdada da comunidade surda que tem sua comunicação em sinais. Em se tratando da pessoa surda, filha de pais ouvintes, que não tem o conhecimento dos sinais, não traz a herança da família, a língua é herdada por surdos que tem sua língua materna.

Assim, as crianças surdas que nascem em famílias ouvintes, não usam a Libras para sua comunicação, ao chegarem à escola, apresentam alguma forma de comunicação, uma

linguagem criada para interação familiar, a qual chamamos de sinais caseiros (sinal que aprende com a família). Diante dessa realidade, a equipe educacional da escola (gestor, professor, intérprete e professor de Libras do AEE) irá desenvolver estratégias didáticas para o ensino e aprendizagem para esse aluno surdo desenvolver o aprendizado da Libras e da língua portuguesa como L2. Nesse sentido, Honora (2014) afirma:

Vale lembrar que a aquisição da Língua Portuguesa na sua forma escrita só ocorrerá após a aquisição da Língua Brasileira de Sinais de forma efetiva. Dessa forma, as atividades deverão ser feitas com base nas duas línguas para que se garanta o entendimento da mensagem na Língua de sinais (sua língua materna) e comece a se efetivar a aquisição da Língua Portuguesa na sua forma escrita. (HONORA, 2014, p. 97).

De acordo com a proposta de educação bilíngue para o surdo, a principal preocupação é que o surdo adquira a Libras como L1, por ser a língua natural, e precisa desenvolver do início de seu balbúcio ao longo de sua vida, é uma língua que sofre modificações, tanto sintaticamente, quanto semanticamente. Segundo Quadros (2004, p. 22), ela “apresenta variações regionais e sociais nos diferentes dialetos de uma língua”, que dizer, tem a variação linguística de região para região.

A educação bilíngue para os surdos não é apenas inserir a Libras e a língua portuguesa como L2 para seu aprendizado, mas também, orientar aos pais para que o surdo seja inserido em uma comunidade surda, junto aos seus familiares, que desenvolverá um conhecimento da cultura surda, e pode participar com o apoio a pessoa surda para a descoberta de sua identidade. Esse processo deve envolver grupos de pessoas ouvintes que respeitam e lutam pelos direitos dos surdos, e defendem uma aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais.

Honora (2014) apresenta ideias de como o professor poderá organizar o ensino da língua portuguesa para o surdo, trazendo a importância do conhecimento de mundo na organização do contexto educacional, tornando a aula significativa para este aluno. Assim, Honora (2014) diz:

Cabe ao professor de sala de aula expor o texto na língua materna e na Língua portuguesa na sua forma escrita e poder fazer uma associação entre duas línguas partindo sempre da língua de sinais. Além disso, o professor deve estabelecer situações sobre a construção do texto, chamando a atenção dos alunos para os elementos textuais, em que locais aparecem, de que forma, com repetição. Outro ponto que pode ser trabalhado é sempre fazer associações com outros textos já apresentados em sala de aula. (HONORA, 2014, p. 97).

Com base na concepção apresentada por Honora (2014), os professores buscarão desenvolver nos alunos habilidades para a produção de texto em língua portuguesa e não palavras soltas, Honora (2014, p.98) diz que “é muito importante que o professor verifique o entendimento do texto através de perguntas e respostas ou reconto na Línguas de Sinais”. Os alunos surdos necessitam da interação do professor em suas explicações das aulas com o apoio do intérprete de Libras.

Para se ter esse desenvolvimento didático, cabe ao professor buscar estratégias com textos que ajudem o aluno surdo interagir, sobretudo o literário, com histórias adequadas à faixa etária, como: as tirinhas, histórias em quadrinhos, contos, bem como os recursos tecnológicos, entre outros que favoreçam o processo de aprendizagem da Língua portuguesa como L2 na modalidade escrita.

Acreditamos que os alunos surdos vão participar e ampliar as competências e habilidades das duas línguas, a partir de estratégias didáticas que envolvam todos no ambiente educacional do cotidiano escolar.

METODOLOGIA

A metodologia deste artigo foi desenvolvida em forma de revisão bibliográfica, propondo uma análise qualitativa de publicações sobre o tema proposto. Pesquisamos em sites de repositórios acadêmicos (Portal da Capes, Scielo, *Google* acadêmico), trabalhos desenvolvidos em forma de artigos que abordam a temática referente aos recursos metodológicos para o ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos.

Encontramos diversos trabalhos com a temática, dentre os quais escolhemos quatro no período dos últimos cinco anos que mais se identificaram com o objeto de estudo do trabalho. Abaixo apresentamos os títulos dos trabalhos, com seus respectivos autores e anos de publicação, e na próxima seção as análises dos dados.

1º “Ensino de Língua Portuguesa para Surdos na Escola Inclusiva”: dificuldades e estratégias, TCC da autoria de Sousa (2018);

2º “Adaptação de materiais/recursos na educação de surdos: uma revisão bibliográfica”, de autoria de Costa e Santos (2018);

3º “Atendimento Educacional Especializado: ensino da língua portuguesa para o aluno surdo como segunda língua – L2”, de autoria de Silva (2017);

4º “Materiais Didáticos para o Ensino de Português como Segunda Língua para Surdos: uma proposta para o nível básico”, com autoria de Silva e Guimarães (2016).

ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção, analisamos os resultados dos registros encontrados nos quatro artigos que foram selecionados para discutirmos que tipos de recursos didáticos forem desenvolvidas para o ensino da Língua Portuguesa como L2 para o aluno surdo.

No primeiro Artigo observado, “Ensino de Língua Portuguesa para Surdos na Escola Inclusiva: dificuldades e estratégias, é um TCC da autoria de Sousa (2018). Os dados encontrados nos apresentam um estudo que buscam os recursos para o ensino da língua portuguesa como L2 para a pessoa surda. Vejamos abaixo alguns exemplares e vídeos apresentado no artigo.

Figura 1 – CD-ROM *Alice no País das Maravilhas* e outros exemplares



Fonte: Sousa (2018, p. 46).

Figura 2 – Produtos LSB Vídeo para trabalho com surdos na perspectiva bilingue



Fonte: Sousa (2018, p. 47).

Segundo o texto analisado, esses CDs e vídeos foram adquiridos de forma gratuita no site de compartilhamento de vídeos, o *YouTube*, tornando o material mais acessível. Esse trabalho apresenta a importância da literatura para o desenvolvimento da escrita da língua

portuguesa como L2 para pessoa surda, trazendo as estratégias para o desenvolvimento desta língua por meio da utilização de recursos imagéticos, que tem sua representação através das imagens, gravuras e fotos, uma representação visual.

Esses recursos apresentados, para a autora do TCC, foram desenvolvidos através da tecnologia. Sousa (2018) afirma que a tecnologia auxilia, de forma rápida, com uma melhor qualidade, e como observa-se que neste século XXI os recursos tecnológicos digitais evoluem rapidamente e potencializam o ensino remoto para os alunos que têm acesso a internet, no qual conseguem ter o material bem mais rápido do que procurar em livros ou biblioteca.

Assim, observamos que o TCC analisado traz a importância para o desenvolvimento da língua portuguesa como L2 para pessoa surda em sua vida na sociedade. Como também destaca a necessidade de os professores se aperfeiçoarem por meio de formações para entender o desenvolvimento da aquisição da língua portuguesa para o surdo, bem como aprender a Libras que é a língua natural do surdo.

No segundo artigo, “Adaptação de materiais/recursos na educação de surdos: uma revisão bibliográfica”, de autoria de Costa e Santos (2018), observamos que tem como finalidade uma análise de materiais pedagógicos (e de que tipos e formatos) que vêm sendo ofertados ao alunado surdo nos últimos doze anos. Como também pretende destacar e analisar quais matérias tiveram os melhores rendimentos para o ensino da língua portuguesa como L2 para o aluno surdo. Segundo as autoras do artigo (COSTA; SANTOS, 2018, p. 307),

o descritor mais significativo em termos de resultados para a análise foi Tecnologia Libras, tendo cinco registros finais no Portal de Periódicos da CAPES e três registros finais no Portal de Periódicos Scielo... tal resultado deriva do crescimento de publicações sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) no ambiente educacional.

As pesquisadoras também trazem o porquê desses resultados:

A palavra Tecnologia a Libras, compreende-se que o fato de a Libras ser uma língua visuogestual, sua aprendizagem torna-se muito mais eficaz quando apresentada de modo visual, por meio de vídeos e/ou outros recursos que explorem essa característica da língua (COSTA; SANTOS, 2018, p. 307).

Elas apresentam suas considerações acerca do resultado com o uso da tecnologia ser as mais pesquisadas nesses 12 anos, após o decreto de 2005:

Considerando que na educação de surdos (e na educação geral) o material cedido pelas escolas muitas vezes possui caráter impresso, tal tecnologia visa

mediar e facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Não é possível, pelo contexto apresentado, identificar de que forma o ensino de palavras por um software pode colaborar efetivamente para a educação de surdos, visto que não se propõe nada especificamente para o público surdo – apenas se indica que o recurso permite a ampliação de vocabulário [...] (COSTA; SANTOS, 2018, p. 310).

Esse artigo analisado, apresenta o avanço dos recursos tecnológicos no desenvolvimento do ensino da língua portuguesa para os alunos surdos, nesses últimos doze anos, mediante pesquisas e discussões, analisando as melhores estratégias de ensino para língua portuguesa como L2 para a pessoa surda, buscando melhorar o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem da pessoa surda.

Foi possível destacar neste artigo que a tecnologia se resumiu à apresentação de vídeos da internet, o uso do computador como ferramenta de comunicação e o uso do celular no ensino de língua portuguesa, com o texto escrito, entre outras utilidades que podem ser utilizados com diversos aplicativos para fortalecer a progressão e a comunicação com por meio da língua portuguesa como L2 para o aluno surdo.

Observamos também que foi destacado pelas autoras a necessidade de formações para os professores poderem atuar com esses avanços de conhecimentos tecnológicos. Mas, há também as limitações tecnológicas da escola, pois em muitos casos não são desenvolvidos por não ter recursos suficientes, como também, uma internet que possa suprir a necessidade de todos os alunos, de forma inclusiva, no ambiente educacional.

O terceiro artigo analisado foi publicado pela editora realize nos anais do evento do *CONEDU* em 2017, ele traz como título “Atendimento Educacional Especializado: ensino da língua portuguesa para o aluno surdo como segunda língua – L2”, de autoria de Silva (2017).

O trabalho apresenta uma experiência com a professora da sala de recursos multifuncional, mediante as metodologias no Atendimento Educacional Especializado-AEE, focando a língua portuguesa como L2 para pessoa surda. As estratégias metodológicas desenvolvidas neste artigo, apresenta três ações com apoio de recursos metodológicos para o desenvolvimento da L2 para a pessoa surda, assim, fizemos algumas observações nas estratégias.

A primeira estratégia observada foi uma roda de conversa, utilizando o recurso de imagens de animais referentes a cada letra do alfabeto. Segundo as observações, foram realizadas dinâmicas que desenvolvessem a interação do aluno surdo um com o outro. Eles utilizaram a Libras como sua língua natural e assim apresentando um para outro o seu conhecimento do português como L2.

No segundo momento, a autora buscou desenvolver uma interação da língua de sinais com os objetos escolares, logo após apresentaram sua escrita em forma de cartazes. Então, três dos quatro alunos surdos estavam sendo alfabetizados na língua materna, como também na L2, no qual, precisavam de estratégias didáticas para sentirem o desejo de aprender a língua portuguesa como L2, já que não a dominavam.

No terceiro momento, a autora trouxe a utilização do celular com o uso do *WhatsApp*, de acordo com as informações que conseguimos analisar, havia uma aluna que já era alfabetizada em sua língua materna, assim, foi utilizado esse recurso tecnológico para desenvolver a língua portuguesa como L2 para o convívio na sociedade. Segundo as observações da autora, a aluna não escrevia correto as saudações, colocava “— Bdia (Bom Dia), Trd bao (Boa Tarde), A bo nite (Boa Noite)”, nesse contexto, foi utilizado o aplicativo para desenvolver as habilidades com a escrita, a aluna apresentou resultados positivos em pouco tempo, visto que estava sendo estimulada para o aprendizado da L2 com o apoio da tecnologia.

A autora, em suas considerações finais, apresenta que o trabalho com os surdos para o processo de alfabetização necessita da prática da escrita do português, fazendo-se necessário o uso de metodologias prazerosas, nas quais o aluno surdo possa desenvolver o português como L2 com o apoio da sua língua materna.

O quarto artigo “Materiais Didáticos para o Ensino de Português como Segunda Língua para Surdos: uma proposta para o nível básico”, com autoria de Silva e Guimarães (2016). Segundo as autoras, o artigo tem como proposta “focar a temática dos materiais didáticos para surdos, considerando sua importância para um ensino efetivo de português para esses aprendizes” (2016, p.79). As autoras supracitadas concluíram que,

não foram encontrados materiais didáticos de ensino de PL2 voltado para crianças surdas num levantamento feito por nós. Constata-se assim a extrema escassez de materiais didáticos para surdos, especialmente no caso de crianças surdas usuárias da Libras que estão numa situação complexa de aprendizagem, já que falam uma língua e precisarão aprender a ler e escrever em sua L2. (SILVA; GUIMARÃES, 2016, p. 81).

Observa-se a escassez de materiais didáticos, como também falta de formação para os professores de Língua Portuguesa. As autoras propuseram apresentar uma construção de materiais didáticos para crianças surdas com uma faixa etária de oito anos que estão no processo de alfabetização.

A construção foi realizada em três unidades, apresentadas de forma impressas e em produção do DVDs em Libras, distribuindo por unidade: 1 – Quem sou eu?; unidade 2 – Minha Família; unidade 3- Minha rotina. O material apresenta imagens e links de jogos para o incentivo da L2 para o surdo. Conforme as autoras, o material buscou apresentar o reconhecimento da pessoa surda o seu autorreconhecimento. Desse modo, incentivaram ao aluno surdo a buscar os meios tecnológicos para o desenvolvimento na Língua Portuguesa como L2. Esses exemplares, segundo as pesquisadoras, estariam disponíveis a partir da conclusão dos materiais no mesmo ano da publicação em 2016, de forma gratuita. Observamos que o artigo traz a importância de recursos visuais para o aprendizado para a pessoa surda junto com o apoio tecnológico.

Segundo os dados encontrados nos quatro artigos apresentados, foram observados que prevaleceu com melhores resultados os tipos de estratégias didáticas em um formato digital, o qual necessitou de recursos tecnológicos para realização da aula, e foram desenvolvidas com o apoio de alguns materiais para o ensino de língua portuguesa como L2 para o surdo.

Para melhor compreensão, dividimos os recursos metodológicos em três categorias a fim de apontarmos as características de cada material. São eles: 1. Materiais impresso com imagens; 2. Materiais concretos; 3. Materiais virtuais (tecnologia).

1. Materiais impresso com imagens: segundo as informações, as escolas não disponibilizam materiais didáticos para o ensino da L2 para o aluno surdo. Os recursos que possibilitassem o ensino bilíngue para o aluno surdo eram muito escassos, observa-se que não disponibilizam materiais literários que desenvolvam a garantia da linguagem para o ensino bilíngue para a pessoa surda.
2. Materiais concretos: o material concreto foi apresentado de uma forma dinâmica para a rotina da vida diária. O aluno surdo desenvolve tanto a sua língua natural como a sua segunda como L2. A autora apresenta que o surdo, em muitos casos, utiliza um objeto, sabe o sinal, mas não sabe escrever o nome dele. Essa didática trouxe resultados positivos para o conhecimento da escrita dos objetos.
3. Materiais digitais (tecnologia): este recurso foi bem apresentado por todos os quatro artigos. Os autores utilizaram os sites para terem acesso a vídeos em Libras, língua materna do surdo, CD ROM com a literatura surda, o uso do celular com apoio de aplicativos, como *WhatsApp*, para desenvolver diálogo entre professores e alunos, e a pesquisa de imagens para o aluno surdo ter um conhecimento rápido do tema a ser exposto pelo professor.

Essas análises nos apresentam que, para desenvolver o ensino da L2 para a pessoa surda, o professor precisa utilizar diferentes recursos metodológicos para o desenvolvimento de estratégias para o ensino, objetivando o bilinguismo e focando a língua portuguesa como L2. Diante disso, outro ponto importante que foi apresentado nos artigos é a falta de formação dos professores para a utilização da tecnologia, como também os artigos destacam que nas escolas há poucos recursos que ajudam a desenvolver melhor resultados na utilização de metodologias virtuais para o ensino da L2 para os alunos surdos. Logo, quaisquer estratégias necessitam de recurso metodológicos e adaptação dos materiais para que torne a prática eficaz no processo de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de identificar os recursos metodológicos que apresentaram resultados positivos para o ensino e aprendizagem da L2 para o surdo, segundo as pesquisas de alguns autores que desenvolvem estudos para conclusão de cursos desenvolvidos a partir de suas práticas, como também autores que trouxeram estudos referentes a estratégias didáticas após o decreto 5.626/05.

Assim, destacamos, segundo as pesquisas bibliográficas, que foram encontrados poucos recursos didáticos impressos nas escolas para o desenvolvimento da L2 para a pessoa surda. No qual compreende-se que a inclusão e a educação bilíngue são um direito de todos que dela necessitam, desde a Constituição de 1988.

No entanto, relacionando-os ao ensino da L2 para a pessoa surda, constatamos que as estratégias são bastante escassas, pois o professor precisa atualizar-se, pesquisando ferramentas que desenvolvam resultados positivos, como é o caso da tecnologia virtual, que nos momentos atuais estão sendo os mais eficientes, facilitando um acesso ao conteúdo desejado.

E por fim, salientamos que a partir da Lei a 10.436/02, com a regulamentação do Decreto 5.626/05, a Libras passou a ter maior destaque para o ensino, como também o ensino da língua portuguesa como L2 para o surdo. Sabemos que as adaptações de estratégias didáticas ainda estão em construção para esse ensino da L2 para a pessoa surda e os profissionais que fazem parte da comunidade surda estão tentando buscar as melhores estratégias didáticas com apoio dos professores que lecionam de forma inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon. de Oliveira. Tarefas da educação linguística no Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 2005, p. 63-81.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.
- BRASIL. Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005. Acesso em: 07 set. 2020.
- BRASIL. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436. Acesso em: 08 nov. 2020.
- BRASIL. Lei nº. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 10 nov. 2020.
- CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos “is”*. Porto Alegre: Mediação, 2016.
- COSTA, Larissa da; SANTOS, Lara Ferreira dos. Adaptação de materiais/recursos na educação de surdos: uma revisão bibliográfica. *Revista Comunicações*, Piracicaba, v. 25 n. 3, p. 293-320, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/comunicacoes/3769/2247>. Acesso em: 30 out. 2020.
- FELIPE, T. A. *LIBRAS em contexto: curso básico*. Brasília, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2001.
- GESSER. Audrei. *Libras? Que língua é essa: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GARCEZ, Pedro de Moraes. Educação linguística como conceito para a formação de profissionais de Língua Estrangeira. In: MASELLO, Laura (org.). *Português lengua segunda y extranjera en Uruguay: Actas del Primeiro Encontro de português Língua Estrangeira do Uruguai*. Montevideu, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/Comisión Sectorial de Investigación Científica, p. 51-57, 2008.
- HONORA, Márcia. *Inclusão Educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização: Ensino Fundamental, 1º ciclo*. São Paulo: Cortez, 2014.
- QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali. L. P. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. *Língua de herança: Língua Brasileira de Sinais*. Porto Alegre: Penso, 2017.

RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, Flávia. *Aspecto Linguístico da Libras*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2011.

SILVA, Giselli Mara; GUIMARÃES, Angélica Beatriz Castro. Materiais didáticos para o ensino de português como segunda língua para surdos: uma proposta para o nível básico. In: GONÇALVES, L. (org.). *Português como língua estrangeira, de herança e materna: abordagens, contexto e práticas*. Roosevelt, New Jersey: APTP: American organization of Teaches of Portuguese/ Boavista Press, 2016. p. 79-96. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/eventos/portuguesl2surdos/. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, Maria Zilda Medeiros da, et al. Atendimento educacional especializado: ensino da língua portuguesa para o aluno surdo como segunda língua – L2. In: *Anais... IV CONEDU*, Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/35988>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SOUSA, Josefa Martins de. *Ensino de Língua Portuguesa para surdos na escola inclusiva: dificuldades e estratégias*. Cajazeiras, 2018. 57f.: il. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/7315>. Acesso em: 10 nov. 2020.